RELATÓRIO DO BIÊNIO
2015 - 2016

181 ANOS

Assembleia Legislativa do
Estado de Pernambuco
A Casa de Todos os Pernambucanos



RELATÓRIO DO BIÊNIO

2015 - 2016



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Deputado Guilherme Uchoa

Soerguimento diante de um período de crise na conjuntura política e econômica nacional. Esta foi a condução tomada pelo Estado no biênio referente aos anos de 2015 e 2016. Os resultados positivos, que hoje colocam Pernambuco como exemplo de organização orçamentária e administrativa, só foram alcançados em decorrência de um modelo de gestão moderno e eficiente. Para isso, consideremos a união de esforços realizada pelos poderes públicos: juntos, Executivo, Legislativo e Judiciário vêm caminhando harmonicamente de forma a atender às principais demandas sociais e impulsionar o desenvolvimento estadual.

Ao longo desses dois anos, que representaram o início da 18ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Pernambuco, os parlamentares desta Casa exerceram sua função constitucional de legislar e fiscalizar com absoluta autonomia e independência. Durante o período, foram promovidas 382 Reuniões Plenárias. A condução dos trabalhos, tanto no Plenário quanto nas Comissões Parlamentares Permanentes e Temporárias, foi feita de forma democrática, com debates marcados pela pluralidade de ideias.

Proativos na defesa dos direitos conquistados pelo povo pernambucano, os deputados da Alepe foram autores de uma série de leis que trouxeram melhor qualidade de vida aos segmentos sociais mais carentes de políticas públicas. Cerca de 75% das 1.245 proposições apresentadas no biênio são decorrentes de iniciativas parlamentares. Como exemplo, podemos citar a legislação relativa à defesa das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Sobre este tema, inclusive, a Assembleia lançou cartilha que explica, didaticamente, a importância do diagnóstico precoce e do respeito às diferenças.

Na apreciação dos demais projetos, criados a partir da iniciativa de órgãos como o Governo do Estado, Ministério Público e Tribunal de Contas, aprovamos matérias que, entre outros aspectos, versavam sobre o aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos e sobre os ajustes fiscais necessários para Pernambuco se manter sustentável e em crescimento.

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Os primeiros anos da atual Legislatura também já assumem seu caráter histórico por marcarem o início dos trabalhos do mais novo corpo de funcionários efetivos desta Casa, nomeados por meio de concurso público realizado em 2014. Um universo de 100 profissionais que trouxe ainda mais qualificação para os setores administrativos da Alepe, como a Superintendência de Comunicação Social e a Secretaria Geral da Mesa. Tal ação ainda fez com que pudéssemos implantar a Consultoria Legislativa da Alepe, departamento que presta assessoria técnica especializada aos parlamentares, produzindo materiais como estudos técnicos e minutas de parecer.

A reformulação do site da Assembleia - que passou a ter um caráter mais informativo, com destaque para a produção da equipe de jornalistas da Casa - e o lançamento do Portal da Transparência foram iniciativas que ampliaram o diálogo do Legislativo com o povo pernambucano. Nesta mesma linha, os parlamentares passaram a contar com uma melhor estrutura física para atender à população a partir da entrega dos novos gabinetes, instalados no edifício Deputado João Negromonte Filho, o nosso Anexo II. No biênio, também registramos o avanço da obra do novo prédio sede da Alepe. Além de abrigar o Plenário da Casa, o edifício Governador Miguel Arraes de Alencar contará com um moderno auditório, plenarinhos, salas de reuniões e ampla galeria para o público visitante.

Dessa forma, por todo o exposto, encerramos o primeiro biênio da 18ª Legislatura com a plena sensação de dever cumprido. Temos a certeza, porém, de que ainda há muito mais por fazer, e de que Pernambuco pode contar com cada membro desta Casa para, unidos, sairmos fortalecidos dos percalços políticos e econômicos que hão de surgir.

MENSAGEM DO PRIMEIRO SECRETÁRIO



Deputado Diogo Moraes

É com extrema satisfação que apresentamos o relatório do biênio 2015/2016, pois temos a plena convicção de que foi um período marcado por muitas conquistas para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Ao fim da nossa primeira gestão à frente da 1ª Secretaria, o sentimento é de dever cumprido e o desejo é de realizar ainda mais pelo fortalecimento da Casa Joaquim Nabuco. Entre os resultados obtidos ao longo desses dois anos, destacamos a ampliação do diálogo com os servidores e, no âmbito estrutural, a retomada das obras do novo Plenário da Alepe, denominado edifício Governador Miguel Arraes de Alencar.

O prédio contou com investimentos de R$ 26,5 milhões e abrigará um dos plenários mais modernos do País, com painel eletrônico de última geração e galeria para 294 pessoas. Além disso, o edifício irá dispor de três plenarinhos, auditório com 142 lugares, além de área técnica, sala de imprensa e estacionamento privativo. Em paralelo, estamos caminhando com o projeto de restauração do Museu Palácio Joaquim Nabuco, que receberá todo o acervo histórico da Alepe. A perspectiva é transformá-lo em um novo atrativo turístico do Estado.

O edifício Senador Nilo Coelho, que passa por uma extensa obra de modernização, sendo praticamente reconstruído, será um dos prédios públicos mais bem estruturados de Pernambuco. Quando inaugurado, será responsável pela economia de recursos empregados em aluguéis, já que, no espaço, estarão concentradas todas as comissões legislativas e setores administrativos da Casa, além de abrigar um novo auditório e um átrio de exposição.

Ainda em relação à infraestrutura, no biênio 2015/2016, viabilizamos a conclusão das obras do edifício Deputado João Negromonte Filho, onde foram instalados os novos gabinetes dos deputados. Ressaltamos ainda que o prédio pode ser considerado um dos mais modernos em termos de estrutura, instalações, mobiliário e tecnologia do País.

Na área de tramitação da produção legislativa e administrativa, temos grandes avanços tecnológicos sendo implantados por meio do sistema para automação de processos da

Alepe - o Business Process Management Suite ou System (BPMS). A inovação consiste em um conjunto de sistemas que automatiza a gestão de processos, desburocratizando as ações da Casa. Saem os papéis, carimbos e assinaturas (onde for possível) e entram os processos resolvidos diretamente no sistema, que terá certificado digital. Ou seja, os deputados poderão encaminhar projetos de lei por meio do sistema, diminuindo o tempo de tramitação dos processos, entre os mais variados setores.

Esta e as demais iniciativas corroboram com nosso objetivo de sempre valorizar e aprimorar a Casa Joaquim Nabuco, evidenciando a nossa mais alta estima e consideração ao povo pernambucano.



COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES



Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Considerada o colegiado mais importante da Assembleia por analisar todos os projetos que tramitam no Legislativo, com exeção dos orçamentos estaduais, a Comissão de Constituição Legislação e Justiça discutiu um total de 924 matérias ao longo do biênio 2015/2016. Em 73 reuniões e 11 audiências públicas, o grupo debateu os mais diversos assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Atenta às principais demandas sociais, a Comissão aprovou, em 2015, dois projetos de lei em benefício das pessoas com deficiência. Um deles determinando critérios estruturais para hotéis e estabelecimentos semelhantes no intuito de facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida. A outra proposta obrigou os órgãos públicos estaduais a reservar 10% das vagas de aprendizes para adolescentes com deficiência.

Em 2016, o colegiado aprovou um conjunto de projetos em prol da Polícia Militar de Pernambuco, além do Projeto de Lei Complementar nº 430/2015, do Poder Executivo, cuidando da regulamentação da função de delegado da Polícia Civil, a fim de atender dispositivo da Constituição Estadual.

Entre as audiências públicas realizadas, destaque para os encontros que debateram a situação de municípios pernambucanos no tocante aos ativos da iluminação pública; a possibilidade de notificações prévias a autoridades competentes sobre a realização de manifestações e reuniões públicas; e a PEC nº 171/1993, que trata da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.



Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou 35 reuniões ordinárias e dez extraordinárias durante o biênio 2015/2016. Nesse período, foram distribuídos 621 projetos de lei, dos quais 423 foram aprovados. O colegiado ainda promoveu 12 audiências públicas.



Boa parte dos debates promovidos pela Comissão contou com a presença de representantes do Poder Executivo - entre eles, os secretários estaduais da Fazenda; de Planejamento e Gestão; e de Agricultura e Reforma Agrária. Também compareceram os gestores das pastas de Administração; Justiça e Direitos Humanos; Casa Civil; Defesa Social; além de órgãos como Controladoria-Geral do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e da empresa estadual Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart).

Ao longo do biênio, o colegiado recebeu as prestações de contas do Estado referentes ao 3º quadrimestre de 2014, aos três quadrimestres de 2015 e aos dois primeiros de 2016. Em setembro de 2015, a secretaria ainda detalhou o pacote de medidas para enfrentamento à crise econômica.

Além das análises de projetos orçamentários (Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual 2016-2019 e Lei Orçamentária Anual), foram criados métodos de trabalho para agilizar os processos relacionados ao orçamento público e ao acompanhamento da execução das emendas parlamentares. Em 2016, o colegiado lançou, ao lado da Consultoria Legislativa, a Cartilha de Orientações Básicas Sobre os Procedimentos e o Funcionamento da Comissão de Finanças e o Manual de Elaboração das Emendas Parlamentares ao Projeto da LOA de 2017.

Comissão de Administração Pública

Projetos de lei que ampliam garantias aos cidadãos estiveram em pauta na Comissão de Administração Pública durante o biênio 2015/2016. Ao todo, o colegiado aprovou 565 projetos de lei. Entre eles, projetos que asseguram a entrega de auxílio-moradia a famílias de baixa renda, melhoram a fiscalização de produtos agropecuários e reforçam direitos previstos para os idosos e pessoas com deficiência.

O colegiado também promoveu uma série de audiências públicas. Em 2015, a Comissão discutiu a situação do sistema penitenciário pernambucano com integrantes do Governo do Estado e do Ministério Público. Na ocasião, o principal assunto em debate foi a construção do Centro de Ressocialização de Itaquitinga, cujas obras estão paralisadas desde outubro de 2012.

No ano de 2016, os membros da Comissão de Administração Pública aprovaram projetos relativos à instituição da Semana Estadual de Conscientização da Síndrome de Guillain-Barré – doença rara que provoca paralisia muscular –; à proibição da cobrança, em escolas, de taxas extras para estudantes com deficiência; e à obrigatoriedade da afixação de placas em unidades de saúde que alertam para o direito de os idosos contarem com um acompanhante.





Comissão de Negócios Municipais

A Comissão de Negócios Municipais é responsável pela análise de projetos sobre infraestrutura urbana, assim como a criação ou a fusão de municípios. O colegiado também é um espaço para discussão de assuntos de competência e interesse dos 185 municípios de Pernambuco na Alepe.

No biênio 2015/2016, 103 proposições foram distribuídas para o colegiado, que aprovou 58 dessas propostas. Entre as proposições acatadas, destaca-se a que autoriza a concessão do Miniarco Metropolitano - rodovia ainda a ser construída, que deve fazer o contorno dos municípios de Igarassu e Abreu e Lima. Também foram aprovadas doações de terrenos para construção de conjuntos habitacionais em Olinda e no Cabo de Santo Agostinho.

Como fórum para negociação e debate de temas de competência municipal, a Comissão ajudou as prefeituras a assumirem a manutenção de postes, lâmpadas e outros ativos de iluminação pública, atendendo à Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Foram negociados os parâmetros, prazos e etapas dessa transição, com a direção da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), responsável anterior por esses equipamentos.

Outro debate em que a Comissão de Negócios Municipais teve participação foi na regulamentação de novos serviços de transporte individual particular, como o Uber. Representantes de prefeituras, dos taxistas e das empresas de tecnologia que oferecem esses serviços vieram para as audiências públicas realizadas pelo colegiado para apresentarem suas propostas relacionadas à regulação dessa nova realidade criada pelo avanço da tecnologia.

Comissão de Educação e Cultura

Ao longo de mais um biênio de forte interação com a sociedade civil, a quinta Comissão Técnica da Alepe realizou 18 audiências públicas e aprovou 210 projetos de lei. Em 2015, o colegiado discutiu o achatamento da carreira dos professores da rede estadual e a situação das Escolas de Referência do Estado. O grupo parlamentar ainda analisou o processo de implantação em Pernambuco da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). O mecanismo dá sustentação aos mais de três mil Pontos de Cultura em todo o País, criados para valorizar a produção que vem das periferias e do interior do Brasil.

Entre os projetos aprovados pela Comissão de Educação, em 2015, está o de autoria do Poder Executivo que cedeu o uso de imóvel público com a finalidade de sediar o Centro de Arte e Cultura Grupo Bongar, em Olinda. O espaço tem o objetivo de divulgar e preservar o patrimônio cultural e as tradições de origem africana. Em 2016, o colegiado realizou audiências públicas para discutir as principais demandas da comunidade docente e dos estudantes de Pernambuco.

Esse foi o caso do debate sobre o fechamento de escolas, turnos e turmas das redes estadual e municipal de Ensino Médio e Fundamental no Estado. O colegiado decidiu confrontar o Governo sobre a deficiência do sistema, inclusive sugerindo a revisão da Portaria nº 397/2011, que trata do reordenamento da Rede Estadual de Ensino, a ser seguida, obrigatoriamente, por todos os gestores, servidores, professores e estagiários.

A Comissão ainda participou do debate sobre a Reforma do Ensino Médio, sugerindo à Câmara Federal a rejeição da Medida Provisória nº 746, relativa ao assunto. O colegiado também lutou para que a população fosse ouvida no debate sobre a PEC do Teto dos Gastos Públicos. Aprovada em dezembro de 2016, a matéria definiu um limite mínimo de despesas da União com educação e saúde para os próximos 20 anos. A Comissão se preocupou com a segurança dos estudantes que ocuparam instituições de ensino em protesto contra a medida, recomendando que o Governo Estadual não reagisse à manifestação com violência.



Comissão de Esporte e Lazer

A Comissão de Esporte e Lazer tem a competência de analisar matérias relativas a práticas esportivas formais e não formais, bem como atividades de lazer ativo e contemplativo. O colegiado também debate assuntos que envolvem atividades de educação física, além de esporte e lazer para pessoas portadoras de deficiência.

Ainda faz parte das atribuições da Comissão a avaliação de projetos que destinam recursos públicos para a promoção do lazer, recreação, esporte escolar e não profissional e também o acompanhamento da política estadual sobre os referidos temas.

No biênio 2015/2016, as ações do colegiado estiveram voltadas ao fortalecimento do setor, com foco nos esportes amadores, na inclusão social por meio das atividades paraesportivas e em ações educativas.



Comissão de Meio Ambiente







No biênio 2015/2016, a Comissão de Meio Ambiente realizou 39 reuniões para distribuição e discussão de projetos de lei. Entre as propostas debatidas pelo colegiado, destaque para o Projeto de Lei nº 769/2016, que tinha como objetivo regulamentar as feiras de produtos orgânicos em Pernambuco. A Comissão recebeu, ao longo do biênio, representantes do Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, Ibama, Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH), entre outros órgãos estaduais e federais, para debater questões ligadas às demandas do setor.

Além da avaliação das matérias, o colegiado promoveu audiências públicas em parceria com a sociedade para buscar a mediação e a solução de conflitos. Foram cinco encontros nos últimos dois anos, que abordaram os seguintes temas: o panorama da seca em Pernambuco, a proposta do Arco Viário Metropolitano, a preservação do manguezal no Pontal de Maracaípe, o embargo das obras da Arena Porto, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo esta uma das prioridades da Comissão para o próximo biênio.

O cronograma do colegiado ainda contou com a realização de quatro Grandes Expedientes Especiais no Plenário, dez eventos internos e 16 pautas externas, entre reuniões e visitas. Entre os destaques, estão a visita técnica ao lixão do município de Carpina, na Zona da Mata Norte, e a participação nos Seminário Parlamento e Sociedade - evento preparatório para a 21ª Conferência das partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21).



Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Durante o biênio 2015/2016, os membros da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural percorreram Pernambuco para levantar demandas e propor ações que favorecessem os produtores rurais do Estado e contribuíssem para o fortalecimento econômico do setor. Nesse período, o colegiado promoveu reuniões nos municípios sertanejos de Dormentes, Floresta, Petrolândia e Petrolina, bem como uma visita técnica à cidade de Joaquim Nabuco, na Mata Sul.

Em Dormentes, foram discutidos os problemas que atingem a ovinocultura e a caprinocultura. Já a seca e suas consequências para a produção agrícola foram tema de debate no município de Floresta. Em Icó Mandantes, distrito de Petrolândia, os parlamentares ouviram os pleitos dos pequenos agricultores de perímetros irrigados; enquanto a visita ao município de Joaquim Nabuco teve o propósito de acompanhar as atividades da Usina Pumaty, reaberta após dois anos sem atividades. O colegiado esteve em Petrolina em duas oportunidades: uma para discutir, em parceria com o Senado Federal, os efeitos da crise hídrica na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, e outra para tratar do fechamento do abatedouro do município.

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES

No biênio, a Comissão analisou e aprovou 22 projetos de lei, dentre eles dois que visam regulamentar a prática da vaquejada no Estado. Também abriu espaço para representantes dos mais diversos segmentos produtivos apresentarem suas rotinas e promoveu debates com autoridades que atuam na área da agricultura. Vale destacar audiência pública realizada em março de 2015, quando o colegiado debateu a gestão dos recursos hídricos em Pernambuco. Na ocasião, propôs-se a criação do movimento "União pelo Nordeste", que, desde então, vem buscando articular parlamentares e demais autoridades em torno de uma agenda de investimentos para a região.



Comissão de Saúde e Assistência Social

Formada com o intuito de acompanhar as questões que envolvem a saúde pública do Estado, a Comissão de Saúde da Alepe se destacou, no biênio 2015/2016, pela realização de uma série de audiências públicas marcadas por intensa participação popular. O colegiado também se reuniu com integrantes da Secretaria Estadual de Saúde para analisar relatórios quadrimestrais do Executivo com dados sobre o setor.

Em março de 2016, a Comissão recebeu gestores da Secretaria de Saúde, que apresentaram, durante audiência pública na Alepe, o relatório estadual de 2015. Segundo o órgão, Pernambuco investiu, naquele ano, cerca de R$ 55 milhões no combate às doenças transmitidas pelo Aedes aegypti. Já no mês de junho de 2016, a diretoria da pasta voltou ao colegiado para detalhar dados referentes aos primeiros três meses do ano. Neste momento, o Estado era o quarto do País em volume de investimentos na Saúde. Representantes da sociedade civil que estiveram presentes ao encontro, no entanto, cobraram mais recursos para a área e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Em 2016, a Comissão aprovou um total de 30 projetos de lei (complementar, ordinária e resolução) e distribuiu outros 81.







Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática



O uso da tecnologia na prevenção de crimes foi tema de destaque entre os projetos aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática no primeiro biênio da 18ª Legislatura da Alepe. O debate acerca da expansão e da melhoria do serviço de telefonia móvel nos municípios do Interior pernambucano também entrou em pauta, por meio da realização de audiência pública.

Em 2015, o colegiado aprovou a exigência de que notas fiscais de celulares apresentem o número do IMEI impresso. De autoria parlamentar, a proposta visa facilitar o bloqueio de aparelhos roubados. Ela entrou em vigor com a publicação da Lei Estadual nº 15.761/2016.

Também com o objetivo de inibir roubos e furtos para posterior comercialização dos celulares, a Comissão concedeu parecer favorável à aprovação do projeto que deu origem à Lei Estadual nº 15.921/2016, apresentado pelo Poder Executivo. A nova legislação proíbe o uso de programas de computador que possam alterar ou excluir o IMEI de equipamentos de telefonia móvel.

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES

No biênio, ainda foi acatada a proposta que poderá tornar obrigatória a instalação de dispositivos que retardem ou impeçam o acionamento de explosivos nos caixas eletrônicos (Projeto de Lei nº 383/2015). O objetivo é reduzir os arrombamentos frequentes, sobretudo em bancos.

Outras 30 proposições foram apreciadas pelo colegiado, que realizou também uma audiência pública e um Grande Expediente Especial durante o período. Ao lado de representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das quatro principais empresas de telefonia móvel (Claro, Tim, Vivo e Oi), a Comissão discutiu a qualidade do serviço no Interior, durante audiência realizada no ano de 2015.



Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular

A participação popular marcou a atuação da Comissão de Cidadania, nos últimos dois anos. Denúncias encaminhadas ao colegiado motivaram pedidos de informação, ouvidas e audiências públicas que reuniram cidadãos, entidades e representantes do Poder Público. Temas de grande repercussão social também estiveram presentes nas discussões. Foram realizadas 38 audiências no biênio, que trataram de assuntos como mobilidade urbana, sistema penitenciário, ocupações estudantis, diversidade religiosa e políticas públicas para população LGBT e pessoas com deficiência.

A Comissão instituiu grupos de trabalho para acompanhar questões debatidas em alguns desses encontros, como a situação da Rede de Atendimento Psicossocial em Pernambuco e o sistema de marcação de consultas em unidades de saúde do Estado. O colegiado também levou debates a municípios dos quais partiram as denúncias, como Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana - onde o colegiado apurou queixas de violações dos direitos humanos cometidas por milícias armadas contra posseiros da região -, e Gravatá, no Agreste Central, onde foi averiguado o fechamento de escolas.



COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES

As atividades incluíram ainda visitas a quatro unidades de internação da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e uma inspeção em alojamentos de policiais militares que estavam a serviço durante o São João de Caruaru. Ao longo de dois anos, 388 projetos de lei e de resolução foram distribuídos para análise do colegiado, em 33 reuniões ordinárias e seis extraordinárias. Dessas propostas, 189 receberam parecer favorável.



Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo



Indústria e infraestrutura de transportes concentraram as atenções da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo no biênio 2015/2016. A estatal de biotecnologia Hemobrás, o grupo automobilístico Fiat-Chrysler e a fabricante de vidros planos Vivix, que possuem plantas industriais instaladas na Mata Norte, mereceram a consideração dos parlamentares em debates sobre as repercussões econômicas dos empreendimentos e em visitas técnicas às instalações das empresas.

No setor de transportes, as possibilidades para ampliação da oferta de voos, no Recife, pelas companhias aéreas Latam e Azul renderam audiências públicas prestigiadas por representantes de diferentes setores. A infraestrutura rodoviária de Pernambuco também esteve no centro das atenções dos deputados, com a realização de audiências públicas sobre o projeto do Arco Metropolitano, no Grande Recife, e da Perimetral Transnordestina, em Petrolina (Sertão do São Francisco). Ainda suscitaram discussões os desafios para o segmento de logística e os efeitos dos altos índices de acidentes com motocicletas no Estado.

Temas como os atrasos em obras no Agreste, a paralisação de grandes projetos do Governo Federal, a oferta de recursos hídricos e os desafios da telefonia móvel igualmente motivaram escutas à sociedade.

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES

No biênio, os parlamentares receberam 263 proposições legislativas para análise e ofereceram parecer favorável a 133 delas. Dentre essas, constam a concessão de incentivos a diferentes setores da economia, medidas para ampliar as receitas estaduais, iniciativas em defesa do consumidor e a edição de regras para tornar mais racional a exploração de serviços e bens públicos por empresas. Ao todo, o colegiado reuniu-se 38 vezes, promoveu 12 debates e realizou três visitas técnicas.



Comissão de Assuntos Internacionais

A Comissão de Assuntos Internacionais trata da celebração de contratos e convênios entre Pernambuco e outros países, investimentos de outras nações e de empresas multinacionais no Estado e da representação estadual no Parlamento Latino-Americano, dentre outras atribuições definidas pelo Artigo nº 106 do Regimento Interno da Alepe.

No biênio 2015/2016, o colegiado buscou aproximação com o corpo consular em Pernambuco. Em março de 2015, representantes de oito países (Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, China, Argentina e Estados Unidos) visitaram a Alepe com o objetivo de estreitar as relações com o Poder Legislativo Estadual. A Comissão também promoveu encontros com os embaixadores da Eslovênia e de Israel.

Ao longo das reuniões promovidas no período, o colegiado aprovou o Projeto de Resolução nº 834/2016, que institui o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco. Também foram aprovadas matérias relativas à criação do Dia Estadual Comemorativo da Presença Africana em Pernambuco e ao estabelecimento de normas de exploração direta, ou mediante concessão, de gás natural no território de Pernambuco.





Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



Com a realização de duas visitas ao Interior do Estado, em 2016, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher iniciou, no primeiro biênio da 18ª Legislatura, um projeto que visa ouvir mulheres de vários municípios pernambucanos. Por meio de ação itinerante, o colegiado foi a Condado (Zona da Mata) e Petrolândia (Sertão) para debater a necessidade de combate à violência sexista e a dificuldade da participação das mulheres na política, respectivamente.

Nesse sentido, a Comissão aprovou a Resolução nº 1.375/2016, instituindo a ação formativa Mulheres na Tribuna Adalgisa Cavalcanti. Com foco no

empoderamento da mulher como sujeito político, o projeto contribuirá para a capacitação de lideranças femininas e para o conhecimento sobre os espaços oficiais de poder. O nome da ação é uma homenagem à primeira deputada estadual de Pernambuco, eleita em 1945.

O aniversário de 10 anos da Lei Federal nº 11.340/2006 – popularizada como Lei Maria da Penha – foi celebrado com a realização de audiência pública que debateu os desafios e as conquistas dessa legislação, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O expediente contou com a participação de gestoras públicas, representantes do Judiciário e do Ministério Público, além de membros da sociedade civil.

Outras sete audiências foram realizadas ao longo do biênio, que ainda contou com 16 Reuniões Ordinárias, duas Extraordinárias e um Grande Expediente Especial, organizados pela comissão. Entre as 13 proposições aprovadas no período, destaque para a Lei Estadual nº 15.878/2016, que autoriza o embarque e desembarque de ônibus fora das paradas, das 22h às 5h. Acatando substitutivo que estendeu o direito a todos os passageiros, a proposta foi apresentada com a finalidade de dar mais segurança às mulheres.

Também nesse biênio, o colegiado concedeu o Prêmio Prefeitura Amiga da Mulher aos gestores de Garanhuns (Agreste), Barreiros (Zona da Mata), Ipojuca (Região Metropolitana) e Serra Talhada (Sertão), em 2015. No ano seguinte, a premiação foi para Bonito (Agreste), Cabrobó (Sertão), Paulista (Região Metropolitana) e Vitória de Santo Antão (Zona da Mata). Desde 2014, a condecoração é entregue a municípios que desenvolvem políticas públicas em favor das mulheres.





Comissão de Ética Parlamentar

A Comissão de Ética da Assembleia Legislativa de Pernambuco é formada por 14 deputados (sete titulares e sete suplentes). O colegiado analisa e aplica as medidas disciplinares publicadas no Código de Ética Parlamentar, aprovado na Casa em 2003. Tal documento trata da ética e do decoro que devem caracterizar a atuação dos deputados estaduais no exercício do mandato. Em virtude disso, o fato de a Comissão não ter se reunido no biênio 2015-2016 representa um ponto positivo na atuação do Legislativo.

O apoio administrativo ao colegiado, que só se reúne mediante alguma demanda, é prestado pela Superintendência Geral; já a assessoria jurídica, pela Procuradoria Geral. O grupo também tem a atribuição de atender consultas da Mesa Diretora, das Comissões e dos deputados. Ainda cabe à Comissão de Ética encaminhar à Presidência esclarecimentos sobre reportagens publicadas na mídia que representem ofensa à dignidade de qualquer parlamentar ou ao Poder Legislativo.



Comissão de Redação Final

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco estipula como competência da Comissão de Redação Final a elaboração do texto final das proposições aprovadas em Plenário.

Não passam pelo colegiado, no entanto, os projetos que definem as leis do Plano Plurianual (PPA), das Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Orçamento Anual (LOA), de revisão do Plano Plurianual, além de resoluções aprovadas sem emendas, salvo aquelas referentes a alterações regimentais.

A Comissão de Redação Final somente poderá apresentar emendas às proposições nos casos de adequá-las à norma linguística ou à técnica legislativa, ou para assegurar a clareza e a precisão do texto. Os projetos com votação encerrada têm um prazo de três Reuniões Plenárias para serem enviados à Comissão.

COMISSÕES PARLAMENTARES ESPECIAIS



Comissão Especial de Resíduos Sólidos

A Comissão Especial de Resíduos Sólidos foi instalada no dia 30 de março de 2015, com o objetivo de discutir a destinação do lixo e dar suporte à adequação dos municípios pernambucanos ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O documento prevê a erradicação dos lixões em cada cidade, a construção de aterros sanitários e a criação de um Plano Municipal para tratar do problema.

Ao longo de sua atuação, a Comissão realizou seis encontros, que contaram com a participação de especialistas e autoridades. O colegiado debateu a apresentação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos; os Termos de Ajustes de Conduta assinados entre prefeitos e o Ministério Público de Pernambuco; a aplicação da tecnologia para implantação de aterros sanitários; a Lei Nacional dos Resíduos Sólidos; os resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde; e a falta de apoio do poder público na implantação e manutenção das cooperativas.

Entre os convidados para os debates, estiveram o secretário estadual de Meio Ambiente, os representantes do Ministério Público de Pernambuco, do Instituto Tecnológico de Pernambuco, dos consórcios municipais, das cooperativas das associações de catadores e das empresas que recolhem lixo hospitalar.



Comissão Especial sobre as obras do PAC



Obras inacabadas ou atrasadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Pernambuco motivaram a criação de uma Comissão Parlamentar Especial na Alepe, instalada em maio de 2015. Composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, a equipe realizou visitas técnicas e audiências públicas com o objetivo de ouvir autoridades e a população.

De acordo com dados apresentados aos deputados, 222 contratos do PAC estavam em andamento no Estado, com investimentos de R$ 6,8 bilhões. A Adutora do Agreste, o trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, o Arco Metropolitano, além da Transposição do Rio São Francisco e do corredor fluvial do Rio Capibaribe fizeram parte da pauta da Comissão.



Comissão Especial sobre as obras do PAC



A paralisação de obras por irregularidades no repasse de recursos e o aumento do custo ao longo da execução dos projetos foram alguns dos problemas apontados pelas autoridades ouvidas.

Os membros da Comissão visitaram o Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, no Sertão de Itaparica, entre os municípios de Floresta e Petrolândia; e a Barragem de Serro Azul, na Mata Sul. Também ouviram o diretor de Engenharia e Obras da Transnordestina. A Ferrovia, de 1.7 km de extensão, deve interligar Eliseu Martins, no Sertão do Piauí, aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco.

Comissão Parlamentar de Inquérito das Faculdades Irregulares

De outubro de 2015 a junho de 2016, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada com o objetivo de apurar a atuação irregular de faculdades de Ensino Superior em Pernambuco realizou 21 reuniões. Ao longo desses nove meses, foram ouvidas 151 pessoas, entre alunos, representantes de instituições de ensino e integrantes de órgãos fiscalizadores.

O colegiado constatou quatro tipos de irregularidades: oferta de cursos superiores sem credenciamento no Ministério da Educação (MEC); utilização indevida de instalações das redes públicas Estadual e Municipal; comercialização de diplomas; e funcionamento de cursos de extensão sob forma aparente de graduação.

Foram identificados os crimes de propaganda enganosa, sonegação fiscal, falsidade ideológica, estelionato e associação criminosa. Ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a CPI recomendou o indiciamento de 20 pessoas. As 17 instituições de ensino apontadas como participantes dos esquemas fraudulentos foram citadas junto ao Ministério Público Federal (MPF).





Comissão Especial de Acompanhamento aos Casos de Microcefalia no Estado de Pernambuco

A Comissão Especial foi instalada em dezembro de 2015 para fiscalizar o atendimento aos bebês com a malformação no Estado. A atuação do colegiado foi marcada por visitas a hospitais, gerências regionais e unidades de pronto atendimento na capital e em demais municípios da Região Metropolitana e do Interior de Pernambuco. O objetivo foi verificar os serviços oferecidos às gestantes, o acompanhamento das famílias e a assistência prestada às crianças com o diagnóstico. O grupo conversou com profissionais de centros de reabilitação, secretários de Saúde, gestores e associações voltadas a pessoas com deficiência e doenças raras.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a microcefalia é uma malformação congênita caracterizada pelo perímetro cefálico diminuído em recém-nascidos. O resultado é o atraso no desenvolvimento neurológico, psíquico e motor da criança. Até o final de 2016, foram notificados 2.233 casos em Pernambuco, com 407 confirmações. A doença está associada ao vírus Zika, transmitido pelo mesmo vetor da dengue, o mosquito Aedes aegypti.

Em abril de 2016, a Comissão realizou audiência pública na Alepe para identificar as demandas dos pacientes e das mães de bebês com microcefalia e outras doenças neurológicas de todo o Estado. Uma das principais dificuldades apontadas foi a concentração dos serviços de diagnóstico e reabilitação nos grandes centros urbanos, ocasionando a necessidade de grandes deslocamentos para as famílias que residem no inteior.



COMISSÕES PARLAMENTARES ESPECIAIS



O colegiado visitou todas as 12 regionais de saúde de Pernambuco. Em Recife, foram fiscalizados o Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC), Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), Fundação Altino Ventura e Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

No Interior, passaram por vistoria o Hospital Dom Malan, em Petrolina; o Dom Moura, em Garanhuns; além do Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru. Também receberam o grupo unidades de Ipojuca, Limoeiro, Palmares, Goiana, Arcoverde, Salgueiro, Serra Talhada e Afogados da Ingazeira. Os trabalhos da Comissão foram encerrados em setembro de 2016.

Comissão Especial de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Hepatite

Instalada na Alepe em maio de 2015, a Comissão Especial de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Hepatite é resultado da mobilização de organizações da sociedade civil que atuam na prevenção e enfrentamento a estas enfermidades e doenças oportunistas causadas pelo vírus do HIV. A iniciativa se soma a outras medidas institucionais, como o Plano Nacional de Enfrentamento à Aids, de 2008, e o Plano Estadual de Saúde 2012-2015.

O colegiado promoveu quatro audiências públicas, duas reuniões e uma apresentação de pesquisas. Nessas ocasiões, ouviu integrantes de organizações não governamentais (ONGs), pessoas soropositivas, representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, conselheiros de saúde e o Ministério Público do Estado de Pernambuco. Um dos principais problemas apontados foi a falta de medicamentos antirretrovirais - indispensáveis à terapia - nas farmácias dos hospitais de referência (Oswaldo Cruz, Hospital das Clínicas e Correia Picanço).





O trabalho desenvolvido no biênio 2015/2016 não teve o propósito de ser conclusivo, mas buscou apontar alternativas para proporcionar melhores condições de vida às pessoas soropositivas. Entre as medidas recomendadas para que o Estado de Pernambuco cumpra a obrigação de atender aos portadores destas patologias, estão: ampliação do número de leitos; regularização da distribuição de medicamentos; aumento do número de especialistas; humanização no atendimento; serviço de assistência social adequado às necessidades dessa população; campanhas educativas permanentes sobre prevenção e tratamento; e investimentos financeiros para estas áreas específicas.

FRENTES PARLAMENTARES



Frente Parlamentar de Soluções Hídricas



A Frente Parlamentar de Soluções Hídricas foi instalada no dia 7 de maio de 2015 com o objetivo de discutir a gestão eficiente da água. O grupo se propõe a realizar audiências públicas com prefeitos de todo o Estado para fazer um mapeamento das necessidades regionais.

A reunião de instalação da Frente Parlamentar foi realizada em Pesqueira, no Agreste. O município foi escolhido por ser um dos mais afetados pela seca em Pernambuco. Participaram do evento deputados, prefeitos, vereadores e empresários da região, além do secretário estadual de Recursos Hídricos e Energéticos e de técnicos da Compesa. A primeira visita realizada pelos parlamentares foi às obras da Adutora do Agreste, atrasadas devido à falta de repasses federais. A adutora deverá abastecer mais de 50 municípios da região.



Frente Parlamentar do Setor do Comércio Varejista e da Micro e Pequena Empresa

A Frente Parlamentar do Setor do Comércio Varejista e da Micro e Pequena Empresa foi criada em fevereiro de 2015 com o objetivo de defender e discutir propostas e ações que contribuam para estimular o ramo. O setor, que é responsável por cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e por gerar mais de 50% dos empregos com carteira assinada, vem sofrendo com efeitos da crise econômica.

Por meio da atuação da Frente Parlamentar, a Assembleia Legislativa apresentou alternativas ao Poder Executivo, a fim de contribuir com a solução de problemas na área. Entre outras ações, o colegiado defendeu a execução dos projetos inscritos no Programa de Produção e Difusão para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais do Estado de Pernambuco (PROAPL), no tocante ao setor de confecções.

Outra contribuição foi o estabelecimento de um canal de comunicação entre o comércio e o poder público estadual para fortalecer as instituições representativas do setor, a exemplo das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL). O colegiado também realizou trabalho junto a entidades como a Fecomércio-PE para o acompanhamento de projetos relacionados ao setor que tramitam na Assembleia Legislativa, bem como para a adequação do comércio aos preceitos das leis. Mais de 1.500 projetos já foram analisados.

O trabalho da Frente Parlamentar converge com ações da Rede Nacional de Assessorias Legislativas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que implantou procedimento de acompanhamento legislativo no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública

As atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública foram marcadas pela realização de duas audiências públicas, em 2016. A primeira delas, realizada em abril, discutiu a necessidade da desativação do Complexo Prisional do Curado. Já no mês de junho, o colegiado promoveu um debate sobre o Código Disciplinar da Polícia Militar de Pernambuco.

As queixas de moradores em relação às indenizações por desapropriação propostas pelo Governo do Estado motivaram o encontro que destacou a desativação do Complexo Prisional do Curado. O Ministério Público foi notificado sobre o pleito e o Poder Executivo se comprometeu a estabelecer mais diálogo com a população local.

O debate sobre o Código Disciplinar da Polícia contou com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual. As duas entidades se propuseram a atender proposta de revisão do documento, tendo em vista relatos de policiais apenados por motivos não contemplados nas leis aplicáveis.

Além das audiências, a Frente Parlamentar também visitou presídios no Estado para apurar as condições de trabalho dos policiais militares. Questões sobre segurança, alimentação e equipamentos foram denunciadas a entidades responsáveis.



Frente Parlamentar de Trânsito e Transporte

A Frente Parlamentar de Trânsito e Transporte foi instalada, na Alepe, em março de 2015. O grupo vem se notabilizando pela promoção de inúmeros debates voltados à discussão de alternativas que reduzam a quantidade de acidentes nas vias estaduais e nacionais. Só no ano de 2014, segundo dados do colegiado, foram pagas mais de 52 mil indenizações por morte no trânsito brasileiro.



No decorrer do biênio, a Frente se muniu de informações valiosas a partir da realização de audiências públicas com a sociedade civil e o poder público. Um dos temas de maior destaque foi o alto índice de acidentes de moto em Pernambuco. Em abril de 2015, o colegiado constatou que a principal emergência do Estado, localizada no Hospital da Restauração, atendeu a quase 950 pessoas envolvidas com quedas e colisões de motocicletas só nos primeiros três meses daquele ano. Na ocasião, representantes do Comitê Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto (CEPAM) ressaltaram que cada acidente de moto custa entre 120 mil e 190 mil reais apenas para o Hospital da Restauração.

De acordo com a Frente Parlamentar, entre 1980 e 2001, conforme dados do Ministério da Saúde, houve quase um milhão de mortes no trânsito no Brasil. Só em 2011, os acidentes causaram 43 mil mortes e um prejuízo de R$ 40 bilhões.

Entre outras ações, o colegiado promoveu visita ao Hospital Getúlio Vargas, onde verificou o quanto o Estado vem sendo demandado para atender às vítimas de acidentes de moto; defendeu a criação do Fórum Nordestino de Trânsito; discutiu a mobilidade urbana e o transporte coletivo com representantes do Consórcio Grande Recife; e debateu o grande número de assaltos a ônibus na Região Metropolitana.

Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra



Criada em agosto de 2015, a Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra é uma ação pioneira na Alepe. A primeira atividade do grupo foi uma audiência pública promovida no município do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. A localidade foi considerada a mais violenta do País para os jovens negros, segundo levantamento da Unesco, realizado em 2014. O encontro possibilitou que representantes da prefeitura local, vereadores e organizações da sociedade civil apresentassem sugestões de políticas públicas a serem encaminhadas ao Governo do Estado.

A cidade de Olinda, no Grande Recife, foi a segunda a receber a Frente Parlamentar. Durante audiência pública realizada em novembro de 2015, foram discutidas as ações do Poder Executivo para reduzir os assassinatos de jovens negros. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), iniciativa do Governo Federal implantada em Pernambuco em 2007, foi um dos temas analisados. Na ocasião, foi identificada a necessidade de reforço no orçamento da ação.

Em abril de 2016, a Frente promoveu audiência pública na Câmara Municipal do Recife. A capital do Estado está entre as 13 cidades mais violentas para jovens negros no Brasil, segundo



estatística do Plano Juventude Viva, do Governo Federal. O encontro, que contou com a participação de representantes da Polícia Militar, destacou a necessidade de valorização da identidade cultural e da autoestima da criança e do adolescente negros.

O colegiado também se deslocou até Caruaru, no Agreste Central, em junho de 2016. No município, foi constatado que o aumento do número de homicídios se concentrou sobre a população jovem, negra e pobre, abrindo um debate sobre os crimes de motivação racista.

Frente Parlamentar Contra o Crack e Outras Drogas

A Frente Parlamentar Contra o Crack e Outras Drogas, criada durante o biênio de 2015/2016, teve como objetivo realizar diagnósticos do uso e das consequências das drogas em Pernambuco. Durante esse período, o colegiado promoveu duas audiências públicas, sete visitas a escolas para a promoção de palestras preventivas, e ainda esteve em seis unidades prisionais do Estado. Nesses encontros, foram esclarecidos os efeitos do uso das drogas e as alternativas para a reabilitação dos usuários.

Ao longo do biênio, deputados que integram o grupo apresentaram projetos de lei direcionados à criação de políticas públicas. Entres eles, o que propõe a criação da Semana Estadual de Combate ao Crack nas Escolas. As ações de enfrentamento e prevenção tiveram quatro eixos de atuação: prevenção do uso e educação permanente; tratamento e reinserção social; comunicação e mobilização social; e alianças estratégicas e projetos integrados.





Dados de órgãos e instituições, como Polícia Federal, Confederação Nacional dos Municípios e Grupo de Estudos Sobre Álcool e Drogas, subsidiaram a Frente Parlamentar servindo de base para a identificação da faixa etária dos usuários, a classe social, o consumo do crack no País, além da relação entre a violência e o uso das drogas. Segundo o colegiado, cerca de 2.500 jovens participaram das palestras realizadas pelo grupo na Região Metropolitana do Recife durante o biênio.

Frente Parlamentar de Revitalização do Rio São Francisco e de Outros Rios



Ao longo do biênio 2015/2016, a Frente Parlamentar de Revitalização do Rio São Francisco e de Outros Rios colheu diversas informações sobre os problemas ambientais e sociais encontrados nos rios que cortam o Estado. Entre outras questões, o colegiado identificou que o reduzido índice pluviométrico da Região Nordeste, especificamente no Sertão de Pernambuco, tem provocado prejuízos significativos na oferta de água. A baixa quantidade de chuvas também afetou os setores de irrigação e de energia hidrelétrica.

Em decorrência do problema, os membros da Frente destacaram a importância da necessidade de um uso mais racional e sustentável da água. Durante reuniões e audiências realizadas nesses últimos dois anos, o colegiado defendeu a implementação de ações de conservação dos mananciais e investimentos em políticas públicas hídricas.

A Frente Parlamentar ainda constatou a vulnerabilidade ambiental e social de comunidades consideradas aquém da linha de pobreza, observadas de formas mais específicas e interligadas às situações de crise hídrica, saneamento e condições elementares de sobrevivência digna.

O grupo realizou diversas visitas técnicas a trechos dos rios São Francisco, Capibaribe, Beberibe, Ipojuca, Maracaípe, Jaboatão e Tejipió.



Frente Parlamentar em Defesa da Família e da Vida

Com o objetivo de oferecer subsídios ao Estado para a produção de um relatório com as demandas mais relevantes para as famílias pernambucanas que necessitam de maior atenção do Poder Legislativo, foi criada, em fevereiro de 2015, a Frente Parlamentar em Defesa da Família e da Vida.

Por meio de debates, audiências públicas e outros eventos, o grupo promoveu encontros de autoridades com diversos setores da sociedade civil. Foram discutidos temas como o papel da família na educação, a alienação parental, a situação das pessoas com necessidades especiais e a educação sexual nas escolas.

Como resultado, os membros da Frente atuaram, por exemplo, na retirada de item do Plano Estadual de Educação, aprovado em Plenário em junho de 2015, que tratava da abordagem das questões de gênero nas escolas.

O grupo também realizou ações em datas oficiais do Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, como a Semana Estadual de Valorização da Família, com uma reunião ocorrida no Plenário.

Em junho de 2016, o colegiado promoveu, no pátio do Museu Palácio Joaquim Nabuco, o 13º Mutirão Pela Vida, em celebração ao Dia Internacional de Combate às Drogas. O evento reuniu comunidades terapêuticas e pessoas em tratamento ou que desejavam se tratar. Os atendimentos envolveram todas as rotinas observadas em clínicas de recuperação, desde triagem e apoio psicológico até o encaminhamento para internação.

A última ação realizada pela Frente foi em dezembro de 2016, quando foi convocado um ato público em Olinda, no Grande Recife, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que descriminalizou a interrupção da gravidez até o terceiro mês de gestação.



SUPERINTENDÊNCIAS



Superintendência Geral

Ao longo do biênio 2015/2016, a Superintendência Geral exerceu suas atividades de forma gerencial e colaborativa, buscando contribuir de forma efetiva, no que lhe compete, para o fortalecimento do Poder Legislativo de Pernambuco.

No nosso modelo de gestão participativa, destacamos a agilidade na implantação de ações voltadas à resolução das mais diversas demandas administrativas, operacionais e financeiras desta Assembleia Legislativa.

O conhecimento da rotina deste Poder tem proporcionado maior controle das atividades e representativo êxito nas mais variadas tarefas encaminhadas a esta Superintendência.

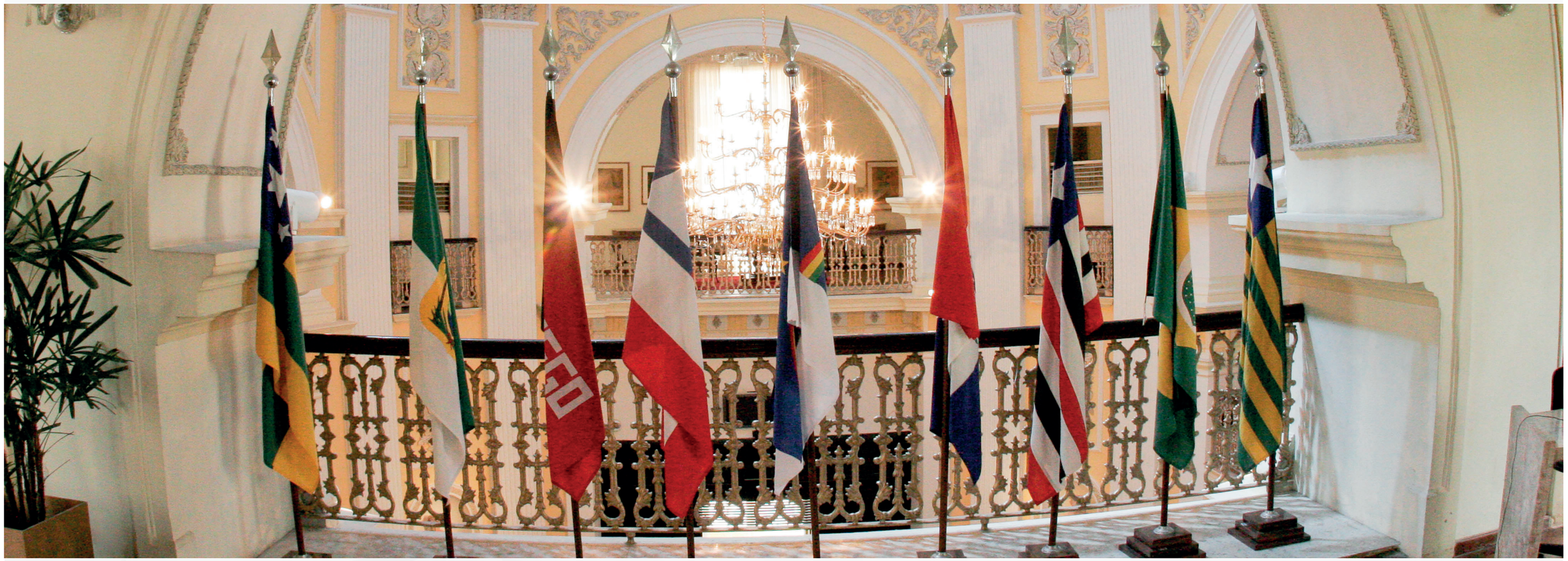
Importantes ações têm sido desenvolvidas em prol de uma maior celeridade processual administrativa; do apoio aos grupos de trabalho da Casa; de um especial acompanhamento das demandas dos parlamentares e dos servidores; e da atualização de legislação.

A realização de reuniões pontuais tem se mostrado eficiente para o controle e a desburocratização das decisões, garantindo a celeridade processual e o efetivo resultado.

Além disso, ações contínuas têm sido implantadas para o aprimoramento das atividades do Poder Legislativo, sempre em busca da prestação de um atendimento ainda melhor à população pernambucana.



Secretaria Geral da Mesa Diretora



Antes denominada Assistência Legislativa, a Secretaria Geral da Mesa Diretora é um setor composto por três departamentos e dez gerências, responsáveis por assessorar a Presidência, a Mesa Diretora e as Comissões Permanentes e Temporárias da Alepe para o pleno exercício de suas funções. Entre outras atribuições, o setor organiza toda a produção legislativa, incluindo os discursos pronunciados e as proposições apresentadas. A Secretaria Geral da Mesa também concede informações aos demais setores da Assembleia Legislativa sobre dados estatísticos e encaminha aos parlamentares da Casa o resumo de suas atividades por período.

SUPERINTENDÊNCIAS



Segundo levantamento da Gerência de Estatística, no biênio 2015/2016 foram cadastradas 14.400 proposições, entre indicações, requerimentos, projetos de lei ordinária, projetos de lei complementar, projetos de resolução, propostas de emenda à constituição, projetos de lei orçamentária anual, emendas e substitutivos. No período, a Casa realizou um total de 258 reuniões ordinárias, oito extraordinárias, 114 solenes e duas de instalação. No Plenário, os parlamentares fizeram 2.071 pronunciamentos e 1.280 apartes. O setor também faz a atualização normativa da legislação estadual - no biênio, foram atualizadas 2.458 leis ordinárias - e redige as atas das reuniões plenárias - cerca de 270 atas de reuniões plenárias ordinárias.

Compõem a Secretaria Geral da Mesa os seguintes departamentos e gerências: Departamento de Serviços Técnico-Legislativos; Departamento de Documentação; Departamento de Legislação Estadual; Gerência de Serviços Auxiliares; Gerência de Assistência ao Plenário e às Comissões; Gerência de Estatística; Gerência de Expedição de Correspondência do Plenário; Gerência de Anais; Gerência de Taquigrafia; Gerência de Biblioteca; Gerência de Cadastro, Pesquisa e Informação da Legislação Estadual; e Gerência da Atualização da Legislação Estadual.

Superintendência de Comunicação Social

Um período rico em mudanças que contribuíram diretamente para o reforço da transparência das ações legislativas e a ampliação do diálogo entre a Casa Joaquim Nabuco e a sociedade. Esta é a melhor forma de resumir as atividades da Superintendência de Comunicação Social da Alepe (SCOM), ocorridas no primeiro biênio desta 18ª Legislatura. Entre outras ações, o setor realizou seminários, aprimorou a atuação da Casa nas redes sociais e participou da reformulação do site da Assembleia.

No início de 2015, a SCOM recebeu 20 novos servidores, nomeados após aprovação no concurso público realizado pela Casa em 2014. Os profissionais foram distribuídos para atuar nos departamentos de Impresso, Rádio, TV e na área de Mídias Digitais. Essa última equipe foi responsável por dar uma nova roupagem aos perfis oficiais da Alepe no Facebook e no Twitter. As postagens passaram a destacar temas voltados ao interesse público, com uma linguagem visual mais moderna e textos mais acessíveis, que traduzem o dia a dia do Poder Legislativo de forma clara e objetiva para a população.

Outra ação inovadora, que envolveu não apenas servidores da Superintendência, mas também assessores de imprensa de deputados, jornalistas da grande imprensa, estudantes e acadêmicos, foi a realização do Seminário Comunicação Legislativa e Cidadania. Por meio do evento, que já teve duas edições (2015 e 2016), foram promovidos debates sobre comunicação pública e direitos humanos, novas mídias e participação cidadã, comunicação legislativa, jornalismo digital, entre outros.



Ainda neste biênio, a SCOM participou ativamente do lançamento do novo site da Alepe, que passou a priorizar o conteúdo informativo, com notícias em tempo real sobre a atividade parlamentar nas Comissões, Reuniões Plenárias e demais ações institucionais. Matérias especiais ganharam o formato multimídia, agregando textos a arquivos de imagem, áudio e vídeo. Programas como o Assembleia Geral e as séries de reportagens incrementaram a produção da equipe de Rádio, e também estão disponíveis no Portal do Legislativo pernambucano.

Visando ampliar o interesse da população para as ações da Casa Joaquim Nabuco, a equipe do Departamento de Impresso adotou nova linha editorial ao jornal Tribuna Parlamentar. A publicação, que tem periodicidade mensal, passou a abordar com mais profundidade temas de grande relevância social, como adoção, mensagens de ódio na internet, parto humanizado e violência contra a mulher.

Não menos importante foi o trabalho promovido pela equipe de TV. A gestão do departamento vem conduzindo todo processo de criação e implantação da nova TV Alepe, que passará a contar com um canal próprio e deverá ser instalada até o final de 2017.



Auditoria

Criada originalmente como Departamento Especial de Auditagem e Fiscalização, a Auditoria da Assembleia Legislativa foi instituída pela Lei nº 12.766/2005. O setor tem como tarefa central os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturadas para a avaliação da integridade, adequação, eficácia e economicidade dos processos dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional da Casa. O departamento atua em parceria com todos os demais setores do Poder Legislativo e tem como finalidade orientar a administração no atendimento dos objetivos, no cumprimento das diretrizes, planos e programas, observando sempre normas legais específicas.

A Auditoria da Alepe é composta por profissionais e estagiários das áreas de Administração de Empresas, Direito, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Durante o biênio 2015/2016, a equipe analisou 1.573 processos de prestações de contas de verba indenizatória dos deputados estaduais; 145 processos de suprimento individual dos servidores; 21 balancetes financeiros, elaborados pela Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária; 267 processos licitatórios; e também todos os pagamentos das despesas realizadas pela Assembleia Legislativa, antes da assinatura dos seus respectivos ordenadores.

O setor também se preocupou em utilizar de forma adequada as informações confidenciais, observando todas as normas técnicas da auditoria com o objetivo de proteger os interesses da Casa.



Superintendência Militar e de Segurança Legislativa



Criada em 1985, a Superintendência Militar e de Segurança Legislativa (SMSEG) é formada por 50 servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Pernambuco. O setor tem por atribuições coordenar e executar a segurança do Poder Legislativo e, quando necessário, dos deputados estaduais.

O policiamento das instalações e áreas próximas à Casa Joaquim Nabuco é realizado tanto presencialmente quanto por meio de monitoramento eletrônico. Além disso, a SMSEG é responsável pela segurança das atividades legislativas, como Sessões Plenárias, reuniões das Comissões e audiências públicas, estando sempre em contato permanente com o público.

No biênio 2015/2016, foram realizados ajustes no efetivo com o propósito de aprimorar as condições de trabalho e o cumprimento de metas. O apoio da Guarda Patrimonial da Alepe foi decisivo para potencializar a segurança das instalações prediais. Outro aspecto importante foi o acompanhamento de diversos eventos externos, em especial a segurança das Comissões Permanentes durante visitas a municípios do interior do Estado.

Cerimonial

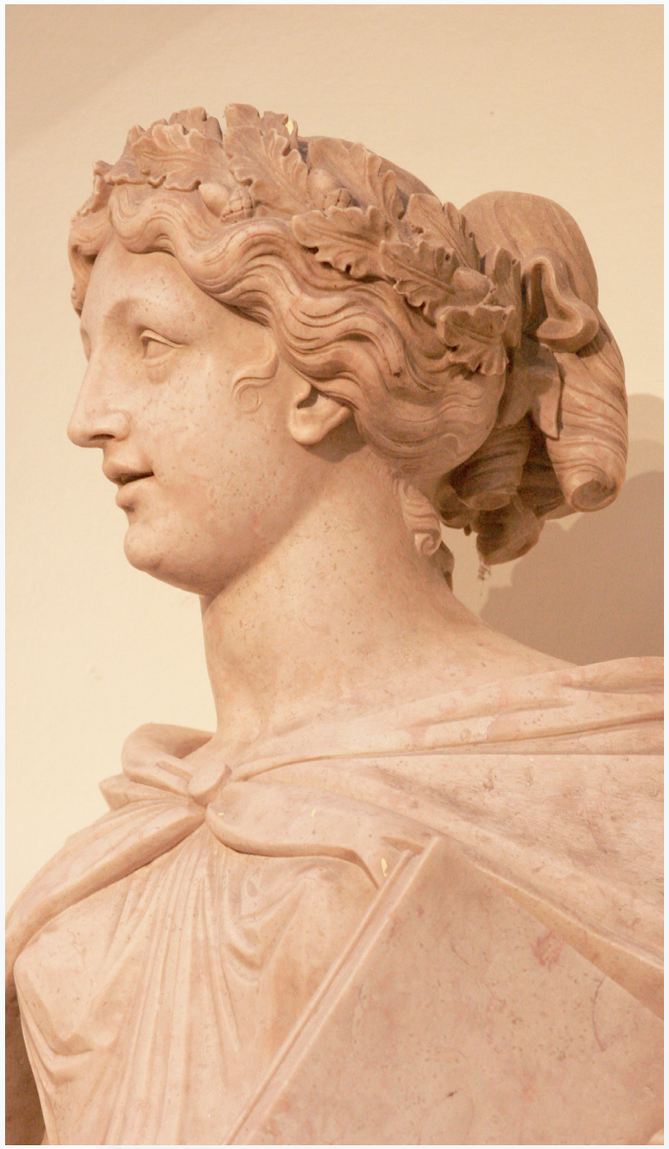
O Cerimonial do Poder Legislativo é responsável pela organização de uma série de atividades realizadas na Alepe, como audiências públicas, grandes expedientes especiais, reuniões solenes, visitas oficiais, seminários, velórios, além de aulas de cidadania e cerimônias de posse. No biênio 2015/2016, o setor atuou em 310 eventos.

Foram 41 grandes expedientes especiais e 95 audiências públicas realizadas no período. O Cerimonial foi responsável também por coordenar três visitas oficiais de autoridades estrangeiras, como cônsules e embaixadores, e uma do Comandante Militar do Nordeste.

O setor ainda teve participação nas 130 solenidades que o Plenário recebeu ao longo do biênio, entre concessões de Títulos de Cidadão de Pernambuco, homenagens e entrega de medalhas e honrarias.

Nesses dois anos, o Cerimonial também colaborou com a organização da Aula de Cidadania, iniciativa que integra o projeto Conhecendo a Assembleia de Perto e promove a visita guiada de alunos de escolas públicas e privadas à Alepe. Ao todo, 31 escolas visitaram a Casa, com a presença de 1.395 alunos e professores. Ainda com o apoio do Cerimonial, quatro seminários, além das posses do Governador Paulo Câmara e dos 49 deputados da 18ª Legislatura, foram realizados.

Durante o período, foram organizados ainda três velórios de personalidades e artistas no Plenário da Alepe, sendo eles o deputado estadual Manoel Santos, o percussionista Naná Vasconcelos e o ex-senador Ney Maranhão.



Superintendência Parlamentar



Ao longo do biênio 2015/2016, a Superintendência Parlamentar da Assembleia Legislativa de Pernambuco desenvolveu uma série de atividades voltadas ao aperfeiçoamento das ações institucionais realizadas pelos deputados. Entre outras iniciativas, o setor prestou assessoramento à Presidência da Casa nas relações com outros poderes do Estado, como o Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Poder Executivo.

A Superintendência Parlamentar também atuou durante a conferência da União Nacional dos Legisladores Estaduais (UNALE), que aconteceu em Sergipe, no mês de junho de 2016, tomando as devidas providências para o pagamento das mensalidades dos deputados da Alepe à mencionada instituição. Os serviços de assistência funcional aos parlamentares da Casa também foram uma constante do departamento nos dois últimos anos.

Superintendência de Inteligência Legislativa

A Superintendência de Inteligência Legislativa (SUINT) é subordinada à Presidência da Alepe. A ela compete assegurar o eficiente exercício das atividades de inteligência e da Polícia Legislativa nas questões diretamente ligadas às ações e aos interesses do Poder Legislativo Estadual.

No transcurso de um ano de sua instalação, foi promovido o assessoramento da Comissão Parlamentar de Inquérito das Faculdades Irregulares e instaurados procedimentos para investigar possíveis delitos ocorridos no âmbito da Assembleia Legislativa, ou nos quais esta possa ter sido vítima.

O setor ainda adotou medidas voltadas à garantia da integridade patrimonial e física dos membros deste Poder, inclusive em crimes cibernéticos.

Subordinada à SUINT, a Gerência de Segurança Patrimonial (Polícia Legislativa) controla a movimentação dos bens móveis - mediante autorização expressa da Superintendência Administrativa (SUPAD) -, fiscaliza a entrada e saída de objetos, e garante a segurança interna do Plenário, controlando o acesso de pessoas durante reuniões ordinárias, solenes e demais eventos.



Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo



Conservar e difundir a memória do Parlamento Pernambucano: esses foram os objetivos da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (SPPHLEG) durante o biênio 2015/2016. Para isso, as ações da equipe envolveram desde o atendimento diário aos gabinetes dos parlamentares até a emissão de laudos técnicos e trabalhos de conservação do Museu Palácio Joaquim Nabuco. O restauro e a digitalização de documentos que formam a memória política do Estado também foram ações desempenhadas no período.

A equipe se envolveu ainda na promoção de eventos que buscaram discutir políticas de preservação de acervos e de patrimônios arquitetônicos, como as edições VIII e IX da Primavera dos Museus. As temporadas culturais trouxeram à Assembleia estudiosos e especialistas no trabalho museológico, que puderam dialogar com estudantes e interessados no tema. Através do Projeto Portas Abertas, o setor recebeu outras centenas de visitantes, que puderam conferir de perto detalhes da arquitetura e da história do Palácio Joaquim Nabuco.

Informações sobre nosso patrimônio histórico ganharam ainda mais destaque com a publicação de livros e com a coluna mensal que a Superintendência assina no jornal Tribuna Parlamentar, produzido pela Superintendência de Comunicação Social da Alepe. Documentos relevantes para a história pernambucana, como o que criou a Junta Comercial do Recife e o que instituiu a Guarda Municipal da capital, ambos datados de 1913, tornaram-se de conhecimento público graças a esse trabalho.

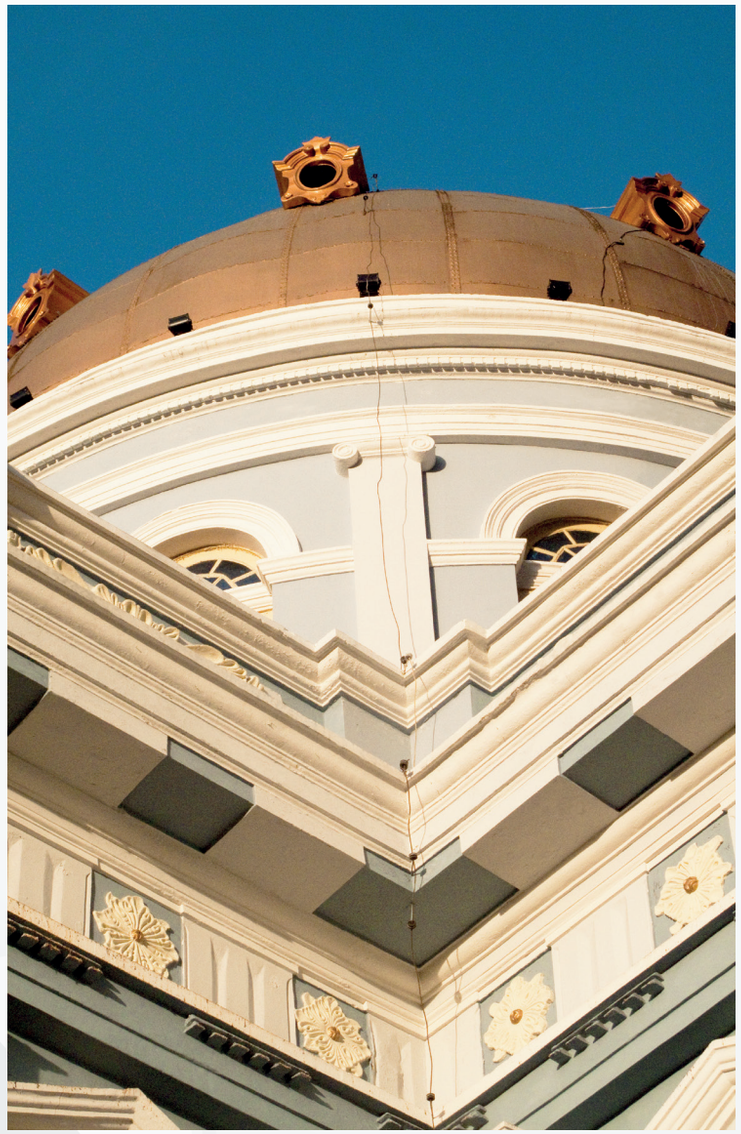
Superintendência de Tecnologia da Informação

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Alepe teve como destaque, nas atividades no biênio 2015/2016, a criação do novo site da Assembleia Legislativa de Pernambuco (www.alepe.pe.gov.br) e a implementação de ferramentas que permitem ao cidadão o acesso às informações da Casa, como o Portal da Transparência e o Serviço de Informação ao Cidadão.

O setor também acompanhou de perto o projeto de modernização do novo Plenário da Alepe, participando da aquisição dos equipamentos de rede e do painel de votação eletrônica. A equipe contribuiu com o reforço da segurança dos espaços físicos da Assembleia, atuando na instalação de catracas, na emissão de documentos oficiais e na elaboração de carteiras funcionais adequadas às normas federais para acesso às dependências da Casa Joaquim Nabuco.

A STI ainda realizou a expansão da rede de computadores do Espaço Macambira, cujas salas foram alugadas temporariamente pela Alepe para abrigar setores como a Consultoria Legislativa, Procuradoria e Superintendência de Comunicação Social; e instalou novas impressoras especializadas para a equipe de engenharia.

Para facilitar a criação de emendas e pareceres ao Projeto da Lei Orçamentária Anual, foi criado um novo sistema informatizado. Já os documentos eletrônicos em uso pela Auditoria e pelos Departamentos de Gestão Funcional e de Gestão de Remuneração também foram sistematizados, organizando a consulta, a digitalização, o cadastro e a indexação.



Superintendência Administrativa



A entrega do edifício João Negromonte Filho (Anexo II) aos parlamentares e a realização do Mutirão dos Superendividados, em parceria com o Procon-PE, foram destaques das atividades da Superintendência Administrativa (SUPAD), no biênio 2015/2016.

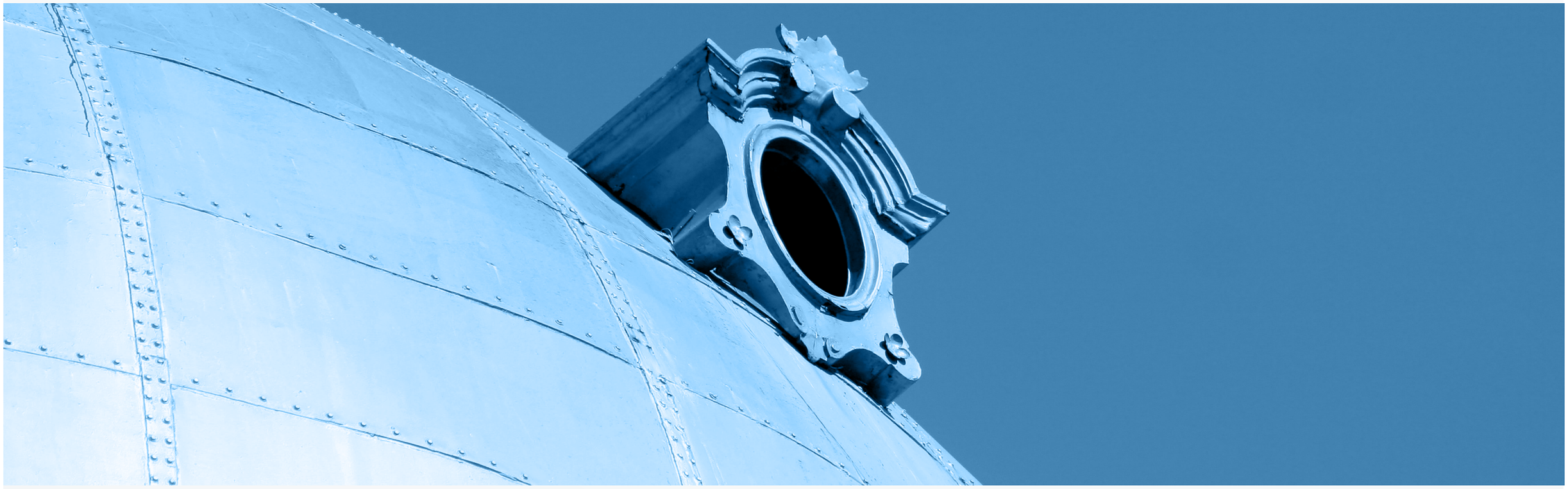
O setor, que tem a missão de promover iniciativas de apoio às atividades institucionais e patrimoniais da Assembleia, também promoveu licitações visando à conclusão da obra do novo Plenário da Alepe, além da reforma do edifício Nilo Coelho (Anexo I).

Serviços de sanitização, dedetização, controle da água, bem como de manutenção em diversos setores da Casa Joaquim Nabuco foram outras medidas tomadas pela SUPAD com o objetivo de priorizar as necessidades dos parlamentares e servidores da Assembleia.

O Mutirão dos Superendividados permitiu à população negociar seus débitos com diversas empresas, como a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), operadoras de telefonia e instituições bancárias.

No que se refere ao controle de acesso aos prédios da Alepe, a SUPAD registrou um número aproximado de 72.250 visitantes nesse biênio.

Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional



Responsável pela assistência médica e odontológica a parlamentares, servidores e seus dependentes, as ações do órgão têm como fim a promoção da saúde e a adoção de medidas para a melhoria das condições ambientais, de higiene e de segurança do trabalho na Alepe.

Entre 2015 e 2016, a Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional realizou quase 36 mil atendimentos e mais de 9 mil exames. As especialidades mais procuradas foram clínica médica, cardiologia, oftalmologia e endocrinologia. No período, a junta médica ainda emitiu 148 laudos para licenças e aposentadorias.

Superintendência de Planejamento e Gestão



A Superintendência de Planejamento e Gestão (SUPLAG) coordenou, no biênio 2015/2016, os processos de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 da Assembleia Legislativa de Pernambuco e da Lei Orçamentária Anual 2017. A cada quadrimestre, elaborou os Relatórios de Gestão Fiscal, com atenção à arrecadação do Estado e ao acompanhamento do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao final de cada ano, também coordenou e elaborou a Prestação de Contas e o Balanço Geral da Alepe, encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Em junho de 2016, integrantes do setor compareceram à XX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, promovida pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), onde foi discutida a importância da criação de um fórum de discussão de diretrizes orçamentárias, de planejamento e gestão no âmbito das Casas Legislativas.

Por meio de um workshop de planejamento estratégico, em agosto do mesmo ano, tópicos relacionados à missão, visão e valores da SUPLAG foram definidos com a participação dos demais departamentos da Alepe. Para tratar de atividades de ordem financeiro-orçamentária e de planejamento da Casa como um todo, a Superintendência manteve comunicação com secretarias do Estado (Planejamento e Fazenda), TCE, Receita Federal, entre outros órgãos.

Superintendência de Gestão de Pessoas

Avançar no desenvolvimento de pessoal e no aprimoramento profissional dos servidores. Esse foi o foco de atuação da Superintendência de Gestão de Pessoas (SUPGP), que realiza atividades relacionadas a nomeações e exonerações, aposentadorias, licenças, gratificações, férias, avaliações de desempenho, cessões e controle de convênios com o Governo do Estado e prefeituras, entre outras.



A equipe ainda atua no levantamento de informações referentes aos impactos financeiros de diversas ações na Casa, como reajustes, programa de aposentadoria incentivada, pagamento de licenças prêmio, e elaboração das Leis Orçamentárias Anuais. Juntamente com a Superintendência Geral, se engajou na implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Além das tarefas cotidianas, o núcleo se dedica a ações periódicas em comemoração a datas festivas (dias dos Pais, das Mães, das Crianças e da Mulher e o Natal), de adesão a campanhas – como as do Outubro Rosa e do Novembro Azul –, e de integração, a exemplo dos Jogos da Alepe, realizados anualmente.

Entre os destaques no período, está a proposta de criação dos Jogos do Legislativo, reunindo equipes de Assembleias Legislativas de todo o País, apresentada em junho de 2015 na 19ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE). Já na 20ª Conferência, em junho de 2016, a SUPGP lançou o programa de preparação para a aposentadoria De Bem com o Amanhã, ação para prevenir casos de depressão e outras doenças devidos à inatividade.

Consultoria Legislativa

Com o objetivo de fortalecer a atividade parlamentar, a Consultoria Legislativa da Alepe (CONSULEG) completa dois anos prestando assessoria técnica e especializada à Mesa Diretora, às Comissões e aos deputados. A missão da CONSULEG é promover impacto positivo na qualidade da produção legislativa e, por consequência, na vida e no cotidiano dos pernambucanos.

No primeiro biênio de atuação, a Consultoria concluiu 2.759 solicitações, com produtos que auxiliam os deputados estaduais no exercício do mandato. Foram elaboradas 1.846 minutas de parecer, 295 notas técnicas, 285 notas informativas e 191 minutas de proposição - entre propostas de emenda constitucional, projetos de lei, resolução e emendas. Também foram redigidos 118 pronunciamentos e 106 estudos técnicos.

As atividades da CONSULEG também abrangeram o assessoramento técnico à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou a atuação irregular dos estabelecimentos de Ensino Superior em Pernambuco. Foi realizada ainda a análise de leis orçamentárias e da gestão fiscal do Governo do Estado. O setor publicou, nesses dois anos, oito boletins informativos e o Manual de Elaboração de Emendas Parlamentares.

A Consultoria Legislativa é formada por três núcleos temáticos: Direito e Pronunciamento, Orçamento e Economia, e Políticas Públicas - além da Gerência de Apoio Consultivo. O quadro funcional do órgão foi composto por meio de concurso público e conta com 30 consultores, sete agentes, dois analistas, entre outros funcionários. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos pela equipe, foi lançada a Revista de Estudos Legislativos, aprofundando temas pertinentes ao parlamento e ao povo pernambucano.



Procuradoria

No cumprimento de sua missão de representar judicialmente e extrajudicialmente o Poder Legislativo do Estado de Pernambuco, a Procuradoria Geral da Alepe promoveu, no biênio 2015/2016, a interposição de recursos e a prestação de informações em 13 ações diretas de inconstitucionalidade e em sete mandados de segurança impetrados contra atos da Mesa Diretora e demais autoridades da Alepe.

O órgão, que presta assessoria e consultoria jurídica à Assembleia, também representou e acompanhou o Poder Legislativo em 30 processos distribuídos no Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de justiça (STJ), Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e primeiras instâncias.

A Procuradoria também atuou em procedimentos administrativos, funcionais, licitatórios e em diversas matérias relacionadas ao Poder Legislativo. Foram emitidos 2.377 pareceres jurídicos, em sua maioria referentes à interpretação de dispositivos constitucionais, legais ou regulamentares.

O setor contribuiu ainda com a criação de mecanismos direcionados à formalização de convênio celebrado entre a Assembleia e o Governo do Estado, que permitiu a inserção de decretos do Executivo no Sistema Alepe Legis. Além disso, apoiou os Departamentos de Legislação e Sistemas de Legislação e Internet na elaboração do Mapa do Estado de Pernambuco, disponível no site da Alepe.

Além da atuação jurídica, o órgão teve participação em diversas ações relacionadas à inclusão social da pessoa com deficiência, como a elaboração do projeto de lei que dispõe sobre a proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no Estado. O setor também teve participação ativa na produção da Cartilha do Transtorno do Espectro Autista (disponível no site da Alepe), e na promoção de curso sobre inclusão escolar, em parceria com a Escola do Legislativo, dirigido a professores da rede pública e particular de ensino.



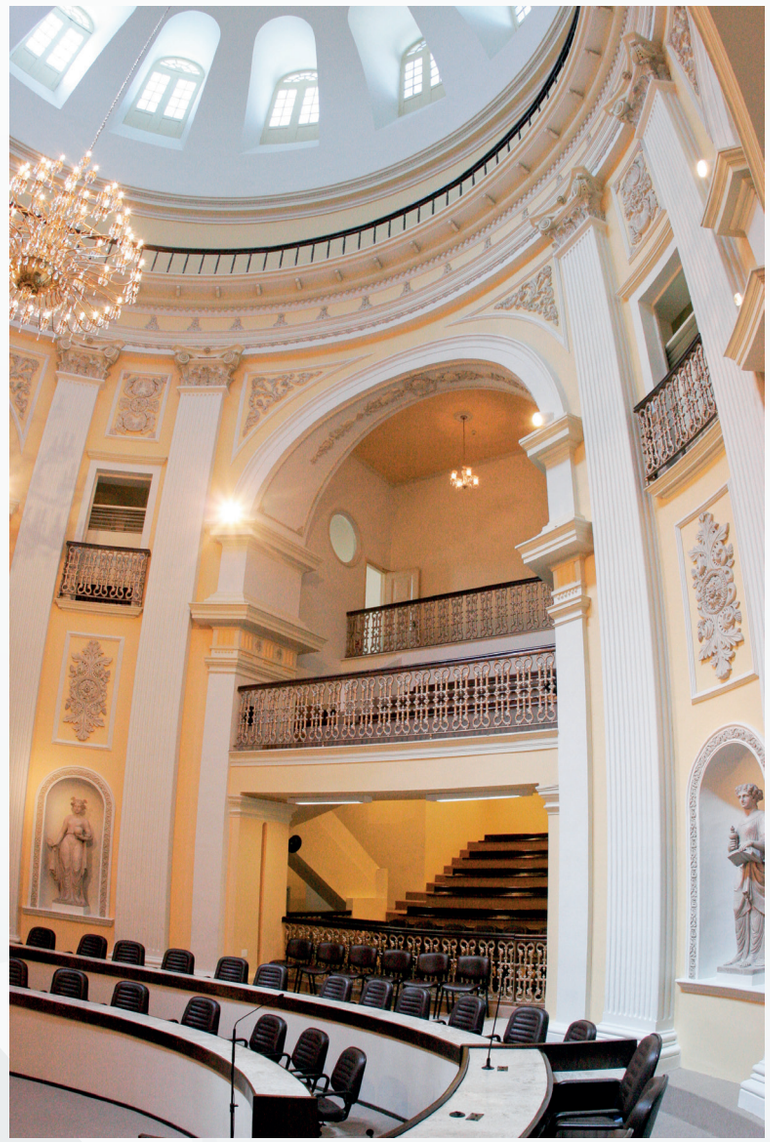
Ouvidoria

Setor responsável por gerenciar as demandas por informações públicas da Assembleia, a Ouvidoria se consolidou, durante o biênio, como instrumento fundamental de concretização dos direitos garantidos na Lei de Acesso à Informação (LAI). Foram 475 solicitações, entre pedidos de providências, reclamações, denúncias, elogios e sugestões.

Para garantir eficiência nos atendimentos, um dos trabalhos realizados no período foi a conscientização dos diversos departamentos da Alepe sobre a importância do cumprimento dos prazos estabelecidos na LAI, o que levou à criação de novos mecanismos de controle interno. Como forma de subsidiar o lançamento do Portal da Transparência, em 2015, a Ouvidoria fez um estudo prévio comparativo de todos os portais vigentes, com o objetivo de identificar os sistemas que ofereciam melhor experiência aos usuários.

Outro trabalho realizado foi a elaboração de informações para instruir ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas no Supremo Tribunal Federal. Também coube ao setor auxiliar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a atuação irregular de faculdades no Estado, com o encaminhamento de manifestações e denúncias recebidas por e-mail.

De acordo com a Ouvidoria, mesmo sem uma campanha sistemática de divulgação, os mecanismos de transparência postos à disposição do público reduziram consideravelmente as críticas sobre as dificuldades em obter informações. O setor também destaca a crescente conscientização sobre a importância da Lei de Acesso à Informação e a colaboração dos departamentos da Alepe. O esforço conjunto contribuiu para que o ano de 2016 tenha se encerrado com quase todas as 255 demandas atendidas.





Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo (Elepe) possui uma grade básica de cursos que são oferecidos durante todo o ano, como língua estrangeira (Inglês e Espanhol) e Informática. A Elepe participa também do Projeto Travessia, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, oferecendo aulas para estudantes dos níveis Fundamental e Médio. Por meio de parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE), a unidade lançou o Prevupe (Pré-Vestibular da Universidade de Pernambuco), que atende a uma turma de 50 alunos.

No início do biênio 2015/2016, com o ingresso dos novos servidores efetivos na Alepe, a Escola realizou cursos de integração e formação para os recém-contratados, além do seminário "O Poder Legislativo e a Sociedade". Também foram concretizadas ações para receber os deputados e chefes de gabinete que ingressaram na Assembleia, como os seminários "Bem-vindo à Casa Joaquim Nabuco" e "Integração Parlamentar".

Ao longo de 2015, a Elepe realizou 38 cursos. Entre eles, os de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Direito Administrativo, Gestão de Documentos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Orçamento e Finanças Públicas, e Retenções de Tributos na Fonte.



Do total de cursos oferecidos, cinco foram ministrados no Arquipélago de Fernando de Noronha, em parceria com o Conselho Distrital da Ilha. O objetivo foi capacitar os conselheiros recém-empossados, além de servidores públicos e pessoas da comunidade local. Com a criação na Alepe do Grupo de Trabalho de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Elepe ofereceu o curso de Inclusão Escolar do Aluno com Necessidade Educacional Especial para professores das redes pública e particular do Estado.

Já em 2016, 23 atividades foram realizadas, entre cursos, palestras e projetos. Modelo de Gestão do Estado de Pernambuco; Atualização sobre Legislação Previdenciária e Aposentadoria dos Servidores Públicos; e Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública e Legislativa são alguns exemplos dessas ações.

DESTAQUES



180 anos da Alepe

O ano de 2015 marcou o 180º aniversário da Assembleia Legislativa de Pernambuco e o parlamento estadual celebrou a data com a realização de vários eventos. O primeiro deles foi uma reunião solene no dia 08 de abril, em que autoridades, deputados e sociedade comemoraram a sólida trajetória da Casa, que segue atuando como instrumento de cidadania e permanece de portas abertas ao povo pernambucano. A cerimônia contou com queima de fogos e a apresentação de show com o Maestro Spok e os convidados Beto Hortis, Nádia Maia e o Coral Edgard Moraes.

No calendário das comemorações, em outubro de 2015, a Alepe lançou a mostra fotográfica e o catálogo "A Influência do Parlamento na Construção da Identidade da Cidade do Recife", em um Grande Expediente Especial no Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco. Ancorada no hall do Edifício Deputado João Negromonte Filho, a exposição tem caráter permanente e está aberta a visitações.







O encerramento das comemorações aconteceu no mês de novembro, com a entrega da Medalha dos 180 anos do Poder Legislativo de Pernambuco. A solenidade foi realizada no Teatro de Santa Isabel, no centro do Recife. A comenda foi entregue aos deputados estaduais da 18ª Legislatura e às principais autoridades do Estado, como membros dos Poderes Executivo e Judiciário. O evento contou com a apresentação da Orquestra de Câmara de Pernambuco, que exibiu o concerto "Que saudade, seu Domingos!", em homenagem ao compositor Dominguinhos.

A Assembleia Legislativa de Pernambuco foi fundada em 1º de abril de 1835, e funcionava no Forte do Matos, onde hoje fica o Paço Alfândega, no Bairro do Recife. Em 1870, mudou-se para o Museu Palácio Joaquim Nabuco, que também fez aniversário em 2015: 140 anos de existência. Com a transferência das atividades parlamentares para o edifício Governador Miguel Arraes, que tem entrega prevista para 2017, o edifício histórico da Rua da Aurora deve passar por uma reforma e ficar aberto para visitação como museu.

Seminário Comunicação Legislativa e Cidadania

Em julho de 2015, a Superintendência de Comunicação Social da Alepe, com apoio da Mesa Diretora e do Sindicato dos Servidores no Poder Legislativo do Estado de Pernambuco (Sindilegis-PE), realizou, pela primeira vez, o Seminário Comunicação Legislativa e Cidadania. O objetivo foi discutir com a sociedade civil o papel e os desafios da comunicação desenvolvida nos parlamentos estaduais e também nas Casas Legislativas Federais.

Foram dois dias de palestras e mesas redondas com representantes de TVs públicas, associações, setor privado, Ministério Público de Pernambuco, Senado Federal, Assembleias Legislativas, e professores universitários. Cerca de 60 pessoas participaram dos debates, que abordaram temas como comunicação pública, controle social, direitos humanos, planejamento, novas mídias e participação cidadã.







Com a avaliação positiva do Seminário, o evento se consolidou no calendário anual da Superintendência. Na segunda edição, realizada em julho de 2016, o número de participantes aumentou para cerca de 70 pessoas. Durante dois dias, novamente com a presença de especialistas de diversos setores da sociedade, os convidados participaram de debates sobre os impactos da crise política na comunicação legislativa, balanços e perspectivas para as TVs legislativas no País, os desafios para as mídias digitais no poder público, as contribuições do jornalismo independente para o Legislativo, entre outros assuntos.

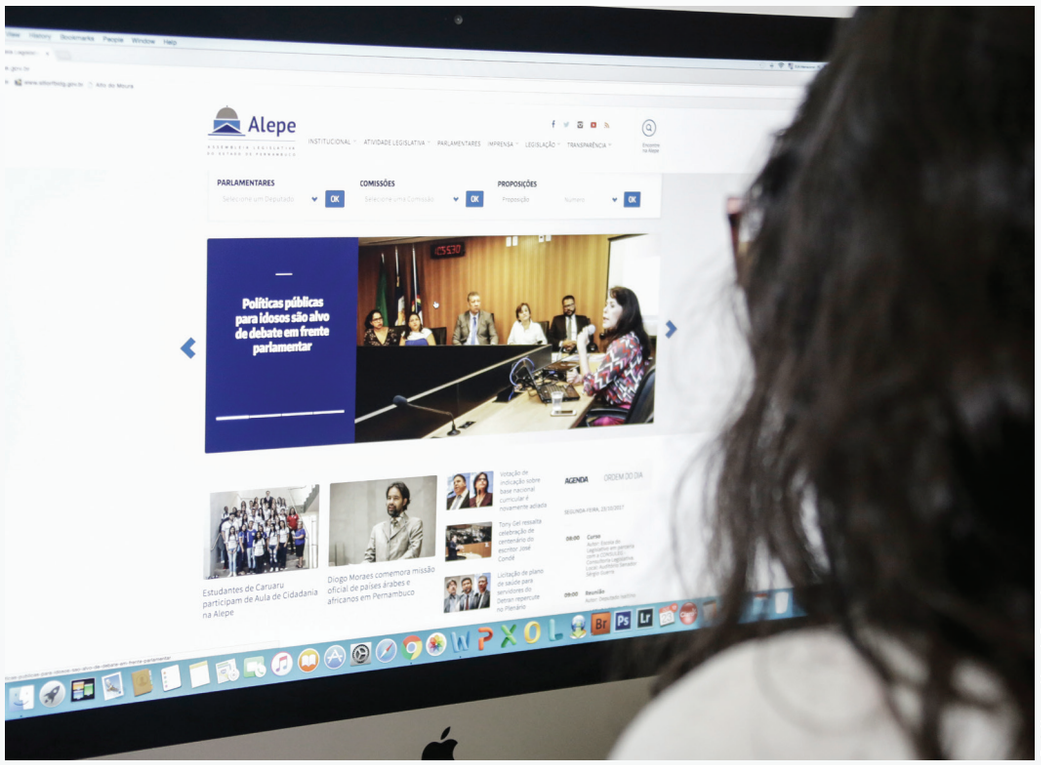
Além de incentivar a participação da sociedade e de promover a integração com servidores de outros órgãos públicos, as discussões contribuem para subsidiar e aprimorar o trabalho dos departamentos de Rádio, Televisão, Imprensa e área de Mídias Digitais da Superintendência de Comunicação Social.



Novo site da Alepe

Ferramenta para a transparência da gestão e a aproximação com a sociedade, o site da Alepe (www.alepe.pe.gov.br) foi totalmente reestruturado. A nova versão, lançada em maio de 2015, consolidou-se como um importante espaço de divulgação das atividades parlamentares e institucionais da Casa Joaquim Nabuco.

Com a nova página, os cidadãos têm acesso a todo o conteúdo jornalístico produzido pela Assembleia, aos projetos, às leis, à agenda das atividades legislativas, à pauta de votações (Ordem do Dia), a publicações e a serviços. Como exemplo, a Constituição Estadual, o Regimento Interno da Alepe, o Código de Ética e o Alepe Legis (site de legislação estadual desenvolvido por um grupo de servidores e que obedece a normas de acessibilidade).
A produção jornalística veiculada é bastante demandada por veículos de comunicação, principalmente jornais, blogs e emissoras de rádio de todo o Estado de Pernambuco.



Créditos: Kerol Correia

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, o novo portal da Alepe apresenta a seção Transparência, onde é possível verificar dados de gestão fiscal, despesas, licitações e contratos. O Serviço de Informação ao Cidadão é mais uma novidade disponível.

Portal da Transparência



O Portal da Transparência da Alepe foi lançado no primeiro semestre de 2015. Ele pode ser consultado por qualquer cidadão na página da Alepe na internet. Para consultar, basta acessar www.alepe.pe.gov.br e clicar na aba Transparência, no topo da página.

Por meio do Portal, é possível obter informações sobre a gestão fiscal da Casa, despesas, licitações, contratos, listagem e remuneração de servidores efetivos, comissionados e dos deputados, entre outras. Ele dispõe ainda do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que permite o envio de pedidos de informação, denúncias, elogios e críticas.

O Portal da Transparência é uma exigência da Lei Estadual nº 15.224, de 26 de dezembro de 2013, que regulamenta o acesso às informações do Poder Legislativo Estadual. Essa lei traz para o âmbito da Alepe as regras da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, responsável pela publicidade das informações públicas.

As leis federal e estadual, por sua vez, regulamentam o direito à informação garantido aos cidadãos pela Constituição Federal. Ele está no artigo 5º, inciso XXXIII, que diz: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". A Carta Magna também trata do tema no artigo 37, §3, inciso II e no artigo 216, §2.

Projeto Café com Poesia

O Projeto Café com Poesia, promovido pela Gerência de Biblioteca da Assembleia Legislativa desde 2006, realizou três atividades no biênio 2015/2016.

Em dezembro de 2015, ocorreu, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura, o lançamento do livro digital "Antologia Café com Poesia", elaborado a partir da produção literária de escritores e colaboradores que participaram do projeto. A coletânea, que está disponível no site da Alepe, é composta por vários gêneros da literatura e traz textos tanto de iniciantes quanto de nomes já consagrados.

Em março de 2016, o projeto fez uma homenagem ao Dia da Mulher e ao Dia da Poesia, em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Superintendência de Gestão de Pessoas. Com o tema "Mulher e Poesia – Lugar de Mulher é Onde ela Quiser", o encontro reuniu poetas, escritores e músicos do Estado. O evento teve o objetivo de valorizar a presença feminina em qualquer ambiente e refletir sobre os avanços alcançados pelas mulheres nos últimos anos.



Já em agosto de 2016, o Dia Nacional do Folclore foi celebrado em evento também promovido pelo Projeto Café com Poesia. A data foi criada com a intenção de valorizar as histórias e personagens das lendas brasileiras. O encontro deu ênfase às fábulas pernambucanas, com a apresentação de músicos, poetas e escritores. Participaram da comemoração representantes da União Brasileira dos Escritores, União dos Cordelistas de Pernambuco, Academia Pernambucana de Letras e dos Corais Novo Milênio e Vozes de Pernambuco.

Revista de Estudos Legislativos e Manual de Elaboração de Emendas Parlamentares





Questões centrais para a gestão pública ganharam destaque na primeira edição da Revista de Estudos Legislativos, lançada em outubro de 2016. A publicação trouxe artigos relacionados aos seguintes temas: violência de gênero, geração de energias renováveis, impacto econômico dos acidentes de trânsito, previdência dos servidores estaduais e políticas de incentivo ao desenvolvimento social e à preservação ambiental nos municípios. Os textos foram produzidos por profissionais da Consultoria Legislativa (CONSULEG), órgão técnico da Casa que presta apoio à atividade parlamentar.

A proposta da revista, que será editada anualmente, é reunir análises em profundidade a respeito de assuntos em pauta na agenda de Pernambuco e do Brasil. As informações servirão de subsídio para agentes públicos e para setores da sociedade dedicados à transformação social. O periódico reforça o papel do Legislativo como espaço para o amplo debate de temas relevantes para o Estado.

Também publicado pela CONSULEG, o Manual de Elaboração de Emendas Parlamentares, lançado em outubro de 2016, contribuiu para aperfeiçoar a atuação do Legislativo durante o processo de apreciação e votação das leis orçamentárias.

O material auxiliou deputados e assessores na edição de emendas individuais ao Orçamento do Estado para 2017. Por meio das emendas, cada parlamentar pode incorporar até R$ 1,4 milhão ao valor previsto para ações governamentais. O manual garantiu melhores condições técnicas e proporcionou mais celeridade a essa etapa da tramitação da legislação orçamentária.

Projeto Municípios Pernambucanos

O cidadão que busca por normas estaduais referentes a alguma localidade específica de Pernambuco pode recorrer à ferramenta Municípios Pernambucanos: Leis do Estado de 1979 a 2016 com aspectos históricos sociais. Disponível no site da Assembleia (www.alepe.pe.gov.br) desde agosto de 2016, o dispositivo facilita a pesquisa do internauta ao reunir não apenas leis, mas também fotos, mapas e informações histórico-sociais de todas as 184 cidades do Estado, bem como do Distrito de Fernando de Noronha.



Desenvolvido por uma equipe multiprofissional - formada por servidores da Secretaria Geral da Mesa Diretora, da Procuradoria Geral da Casa e da Superintendência de Tecnologia da Informação -, o material é um subproduto do Alepe Legis, banco de dados que permite ao cidadão pesquisar todas as leis pernambucanas promulgadas desde 1985. Se antes a busca poderia ser realizada por número, tipo, ano, palavra-chave ou assunto, agora, com a nova ferramenta, a pesquisa pode ser feita, também, por município de interesse.

O trabalho de categorização das normas contou com a cooperação da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), que forneceu mapas e informações da Base de Dados do Estado (BDE).

Cartilhas – Autismo e Síndrome de Down

Assegurar o pleno exercício da cidadania às pessoas com Autismo e Síndrome de Down por meio do esclarecimento e da conscientização da sociedade pernambucana. Com esse objetivo, foram lançadas, no biênio 2015/2016, cartilhas digitais no site da Alepe sobre o Transtorno do Espectro Autista e sobre a alteração genética também conhecida como Trissomia do Cromossomo 21.

Lançada em 2015, a cartilha eletrônica sobre o autismo trouxe informações a respeito da importância do diagnóstico precoce, do tratamento multidisciplinar e do acesso gratuito a medicamentos. O material foi lançado em conjunto com a promulgação da lei, na Alepe, que criou o marco legal em defesa das pessoas com autismo. Entre outros pontos, a legislação obriga a rede pública e privada de educação a incluir, no ensino regular, os estudantes com autismo.



A Cartilha da Síndrome de Down foi produzida pelo Grupo de Trabalho (GT) de Inclusão da Pessoa com Deficiência, criado em setembro de 2015. Composto por servidores da Casa, o núcleo se propõe a estudar, elaborar e implementar políticas públicas alinhadas ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015).

Disponibilizada permanentemente no site da Alepe, a cartilha explica o que é a Síndrome de Down e como é feito o diagnóstico. Também cita formas de estímulo ao indivíduo, enumera direitos garantidos ao grupo e órgãos públicos a serem acionados para fazer valer as prerrogativas.

Medalha Miguel Arraes de Alencar





Com o objetivo de enaltecer a memória de um dos principais nomes da política nacional, a Assembleia Legislativa de Pernambuco criou a Medalha Comemorativa ao Centenário de Nascimento do Ex-Governador Miguel Arraes de Alencar. A comenda, concedida em única edição, no dia 15 de dezembro de 2016, originou-se do Projeto de Resolução nº 137/2015.

A distinção reconheceu os serviços prestados por 15 pessoas, entre físicas e jurídicas, ao Estado e ao País. Os agraciados foram selecionados por meio de avaliação de comissão montada especificamente para esse fim.

Cunhada em bronze, a comenda foi concedida à ministra do Tribunal de Contas da União e filha de Miguel Arraes, Ana Arraes; a Carlos Siqueira; Adilson Gomes da Silva; Cyro de Andrade Lima; Edson Machado; Geraldo Freire; Germano Coelho; Gerson Carneiro Leão; Gil Sormany Silva; Ivan Rodrigues da Silva; Maria Antonieta Cruz; Maria Evangelina Campos; Ranilson Ramos; Raul Henry, e Sebastião Pereira Lima.



Natural de Araripe, município localizado no Sul do Ceará, Miguel Arraes de Alencar chegou ao Recife ainda na década de 1930, após ser aprovado em concurso do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Na capital pernambucana, concluiu o curso de Direito e, posteriormente, aos 32 anos, iniciou-se na vida pública como secretário da Fazenda do governo de Barbosa Lima Sobrinho, com quem havia trabalhado no IAA. Durante a longa trajetória política, Miguel Arraes foi prefeito do Recife, deputado estadual e federal, além de três vezes governador de Pernambuco.



Mutirão de renegociação de dívidas

Um mutirão em benefício do consumidor endividado foi destaque em 2015, na Assembleia Legislativa. Entre os meses de outubro e novembro, pessoas em débito com instituições bancárias, empresas de telecomunicações, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) vieram à Casa Joaquim Nabuco para negociar suas dívidas. Segundo dados do Procon-PE, cerca de dez mil pessoas foram atendidas.

As empresas envolvidas ofereceram descontos diferenciados e parcelamentos de débitos. Entre os participantes, a Compesa foi a que atingiu o maior percentual de acordos: 99,64%, num total de mais de 500 atendimentos.







As expectativas do Procon-PE em relação à taxa de sucesso das negociações foram superadas. O índice de acordos realizados foi de cerca de 93%, um dos maiores dentre os mutirões realizados no País.

A iniciativa teve origem em uma parceria firmada entre o Poder Legislativo e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. Os resultados foram possíveis graças ao apoio voluntário de 47 servidores da Alepe, que foram treinados para atuar como conciliadores. A Casa também disponibilizou a estrutura física necessária para a realização dos atendimentos.







18 ANOS

Assembleia Legislativa do
Estado de Pernambuco
A Casa de Todos os Pernambucanos